**Escravidão contemporânea na imprensa maranhense: análise de cobertura jornalística nos principais jornais do estado durante Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (2004-2016).**

*Euzimar de Jesus Rosa Silva[[1]](#footnote-1)*

[*eu.djesusrosa-jornalismo@hotmail.com*](mailto:eu.djesusrosa-jornalismo@hotmail.com)

*Flávia de Almeida Moura [[2]](#footnote-2)*

[*flaviaalmeidamoura29@gmail.com*](mailto:flaviaalmeidamoura29@gmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho, em andamento, tem como proposta analisar como a imprensa maranhense deu tratamento à temática da escravidão contemporânea em matérias veiculadas durante a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo, de 21 a 29 de janeiro no período de 2004 a 2016. Também se busca entender as principais vozes encontradas no discurso midiático de instituições governamentais e não governamentais que integram a rede de combate ao trabalho escravo no Brasil. A semana e o dia nacional (28 de janeiro) foram instituídos como menção à Chacina de Unaí (MG), na qual morreram três fiscais do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MPTS) quando estavam numa ação de fiscalização rural. Uma das estratégias da pesquisa é mapear as matérias jornalísticas veiculadas entre 2004 e 2016 nos três principais jornais impressos do Maranhão (O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão) durante esta semana no mês de janeiro e classifica-las a partir dos critérios de noticiabilidade, além de mostrar a importância da data como prevenção sobre o trabalho escravo contemporâneo. A ideia é compreender, a partir da mídia, a visibilidade da temática bem como a articulação das entidades que integram a prevenção e o combate ao trabalho escravo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Imprensa maranhense. Trabalho Escravo Contemporâneo. Cobertura jornalística.

**1 Introdução**

A escravidão não é um fato de um passado distante e esquecida na memória, está tão presente nos dias de hoje que termina entristecendo olhares e vidas. Este artigo procura analisar o tratamento concedido pelos três principais impressos de São Luís, (O Imparcial; Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão), sobre a temática da escravidão contemporânea durante a Semana nacional de combate ao trabalho escravo contemporâneo (SNCTEC), de 21 a 29 de janeiro no período de 2004 a 2016.

O *corpus* documental delimita-se a jornais impressos que foram veiculados nos dias e datas já mencionados. Quando se fala em tratamento neste artigo, se busca saber como a mídia tratou do assunto, ou seja, qual visibilidade e critérios foram adotados para tratar a temática do TEC. E junto a esse processo, destacar o papel das vozes representativas governamentais e não governamentais, que atuam como articuladores de ações para a prevenção, o enfretamento e o combate à escravidão contemporânea, visando conscientizar a sociedade para o problema, por meios de atividades realizadas durante a SNCTEC que vão culminar com o dia nacional de combate ao trabalho escravo (DNCTEC), movimento que acontece em nível nacional.

A semana e o dia são em homenagem à memória de quatro vítimas da Chacina de Unaí (MG), na qual três fiscais do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MPTS) e um motorista que os acompanhava numa ação de fiscalização rural foram assassinados. O crime ficou conhecido internacionalmente e passou a pautar a agenda do governo e a mídia.

A cobertura jornalística em relação ao tema contribui para que setores diversos da sociedade tomem conhecimento da existência da escravidão nos dias de hoje, e, serve de alerta através de informações para que outros trabalhadores, que na luta por sobrevivência, não venham a ser novas vítimas, pegos nas armadilhas do trabalho escravo por meio de falsas promessas de ganhos de capital financeiro.

A informação como essência da notícia ajuda a compreender a realidade, e, os critérios adotados na construção dos discursos promovem visibilidade com relação às inúmeras atividades que acontecem no decorrer da SNCTEC, e são promovidas pelas instituições que integram a rede de combate ao trabalho escravo no Brasil, tendo como um dos seus objetivos pautar os jornais impressos e os demais meios de comunicação.

**2 A notícia e os seus critérios**

O homem vive cercado de informações, experiências e ações vivenciadas no mundo da vida. Acontecimentos que marcam a vida dos sujeitos nos espaços que ocupam, e no tempo. Nesse mundo das informações, as noticia, um dos tópicos da comunicação, são elas as responsáveis em deixar as pessoas cientes dos inúmeros problemas que surgem e buscam por respostas no dia a dia de cada ser humano. Segundo Pena (2005), “as notícias são a construção social daquilo que entendemos como realidade” (PENA, 2005, p. 153). Logo que o sujeito demonstra interesses pelas informações é certa a busca em entender sobre determinado assunto e do que se trata. Quando isso acontece vai ao encontro da função social, que é informar quem dela busca saber. Coelho (2015) diz, “a notícia está diretamente relacionada com o novo, com o que rompe as baias que delimitam o quotidiano”, (COELHO, 2015, p.20). O delimitar ajuda no processo das escolhas diante dos inúmeros interesses sobre que deve ser ou não noticiado. Por isso, é necessário se fazer uma seleção prévia do que vai para as páginas dos jornais; do que tem relevância ou não, e qual valor terá no contexto social. É também um processo relacional de trocas entre o homem, o meio, a cultura, os pressupostos ideológicos, políticos, sociais e mentais.

A rede de critérios ajuda no processo das escolhas, e também na construção do discurso que vai provocar nos indivíduos questionamentos; dá agilidade ao trabalho do repórter, e também nos ganhos da empresa. Para Silva

a rede de critérios de noticiabilidade, compreendendo noticiabilidade (*newsworthiness*) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (SILVA, 2005, p. 96).

Os pressupostos teóricos facilitam na construção narrativa da notícia, pois, além de ser um recorte da realidade como já explicitado, é também uma soma de fatores e interesses que influem na construção do que anunciar, sabendo que os fatos acontecidos é um recorte da realidade. Ao estar ciente desse processo de escolhas, o jornalista descreve-os ao leitor a informação. Segundo Correia (2011), “a acção pessoal foi um dos primeiros objecto de análise pelas teorias do jornalismo. [...] Recorreu-se deste modo ao conceito de *gatekeeper[[3]](#footnote-3)* desenvolvido por Kurt Lewin” (CORREIA, 2011, p.79). Essa seleção ajuda no tratamento que a notícia passa a ter, não somente para quem produz, mas também para quem recebe o conteúdo final. Outro fator para o critério de noticiabilidade é a constatação de que não há espaços de sobra nos veículos informativos para publicação ou veiculação de uma infinidade de acontecimentos, torna-se necessário o valor-notícia e a seleção da notícia[[4]](#footnote-4) que vão priorizar no tratamento[[5]](#footnote-5) dos fatos.

A Chacina de Unaí[[6]](#footnote-6) ganha visibilidade por diversos fatores intrínsecos que não era comum nos demais acontecimento, antes eram apenas os trabalhadores braçais as vítimas. Quando as vítimas passam a ser quem fiscalizava a escravidão, há uma reviravolta na maneira de lidar com o problema, pois, o fato envolveu mortes, as vítimas eram agentes da justiça do trabalho, e, isso chamou a atenção das autoridades brasileiras e dos órgãos internacionais do trabalho. Ao envolver personagens não comuns no acontecido, consegue atrair uma visibilidade maior para o fato. Além de pautar os jornais, conseguiu sensibilizar representantes da esfera política. A relevância do acontecimento levou à criação de um projeto de lei em memória às vítimas da chacina. Através dessa soma de ações, o DNCTEC e a SNCTEC foram instituídos no país através da Lei 12.064 de 20 de outubro 2009, visando garantir maior celeridade e o cumprimento de políticas públicas no combate as mais diversas formas de escravidão contemporânea, e, assim, coibir para que outras pessoas não sejam vítimas do trabalho degradante – o trabalho escravo.

**3 Trabalho escravo contemporâneo na imprensa maranhense**

A temática do trabalho escravo não é uma questão que desperta interesses à primeira vista. Com relação a esse processo, a maior parte das pessoas que trabalham ou estão à frente da problemática do TEC sabe como tem sido o tratamento. Fator que contribui para um tipo de esquecimento camuflado, e assim, tenha ficado esquecido às margens da sociedade a espera de um tratamento maior por parte das autoridades governamentais e dos meios de comunicação.Até o inicio da década de 90, a problemática do trabalho escravo (TEC) tinha pouca visibilidade na mídia. A partir 1995, quando o governo Federal, na época, o ex-presidente Fernando Henrique Cardosos reconhece a existência do trabalho escravo no Brasil, a temática passa a receber um tratamento mais cuidadoso e assíduo na mídia tradicional. Em 2003, no primeiro ano do governo do ex-presidente Lula, é criado o 1º Plano de Combate ao trabalho escravo com o objetivo de ampliar as frentes de combate e a criação de políticas públicas. Essa ação passa a oferecer uma espécie de gás novo não somente aos que já estavam lidando com a questão, mas atrai interesses de outros setores vinculados ao governo, assim como, a mídia passa a lidar melhor com a chaga em aberto.

Mesmo assim, é notável certa timidez em relação ao problema, não por falta de conhecimento, pois, a questão em evidência não era nenhuma novidade. Desde o inicio da década de 70 as denúncias sobre o trabalho escravo e as mazelas provocadas por esse mal já vinham sendo feitas através de vozes representativas da CPT (Comissão Pastoral da Terra)[[7]](#footnote-7), instituição não governamental vinculada à igreja católica. A CPT foi uma das primeiras instituições brasileira a fazer o alertar em escala global sobre o mal que estava acontecendo no país. No entanto, o trabalho escravo contemporâneo já era visto de décadas passadas. Segundo Moura,

O trabalho escravo contemporâneo é datado no Brasil. A chamada escravidão contemporânea torna-se visível no Brasil ao final da década de 60, momento em que o país vivia o início do seu milagre econômico e a região amazônica tornava-se alvo de vultosos projetos de infraestrutura, visando à implantação de empreendimentos econômicos assentados na utilização predatória dos recursos naturais e da força de trabalho. (MOURA, 2015, p.79).

Por isso, quando falamos de escravidão nas narrativas dos impressos, vale ressaltar que as editorias dos jornais já tinham conhecimento do problema há décadas. Mas talvez a temática não despertasse tanto interesse. Por mais que saibamos que os meios de comunicação de massa são porta-vozes das informações entre as instituições e a sociedade, e com o papel em fazer com que a notícia chegue a um maior número de pessoas, há interesses maiores que estão fora cena, e, que em muitos momentos visam apenas aos interesses internos da mídia.

Quando o tratamento acontece em prevalência maior garante não somente visibilidade ao problema, mas promovem mecanismos que vão aumentar os serviços de informações e de políticas públicas para os cidadãos que precisam. O papel dos meios de comunicação, neste caso, o jornalismo, é também promover debates nos espaços públicos e promover cidadania e justiça para todos.

Mesmo assim, nota-se que as abordagens sobre a escravidão antes de 2004, realizadas pelos três jornais eram sempre com referencias ao passado, em alusão ao dia 13 de maio, principalmente ao que havia sido até o ano de 1888 quando é assinada a Lei Aurea no Brasil, e, ainda visto em muitos dos livros de histórias. De acordo com o *corpus* documental, as temáticas que entravam nas pautas jornalísticas eram sobre conflitos de terra, reforma agrária, assentamentos, garimpo, etc. -, mas tudo de maneira muito sutil e sem grande alarde.

Isso nos levar a perguntar, por que temas tão relevantes às vezes não vão parar nos impressos, e, as matérias quando são disponibilizadas ao leitor aparecem em espaços pequenos, sem imagens, gráficos, ou, com pouca visibilidade, etc.? Traquina (2005) responde que, “a comercialização da imprensa torna o jornalismo mais independente dos laços políticos e transforma a atividade também numa indústria onde um novo produto – as notícias como informação – é vendido com o objetivo de conseguir lucros” (TRAQUINA, 2005, p.50). Essa também é uma realidade que faz parte de quem produz a notícia, para ser vendido a baixo preço, processo que surgiu no século XIX e ficou conhecido como *penny press[[8]](#footnote-8)*. Esse paradigma contribuiu para que a notícia ficasse mais acessível, e assim, um maior número de pessoas passasse a ter acesso a um maior número informações, e também de propagandas.

Com a popularização cada vez maior dos jornais impressos, e tendo a maioria dos espaços cedidos às propagandas e publicidades, o que ainda prejudica muito na visibilidade das matérias, principalmente quando temas relevantes e que merecem uma atenção especial não aparecem com assiduidade. Como dito, há pontos que são contras e outros que são favoráveis, Coelho (2015) ressalta,

Os jornais vendem notícias, mas também vendem anúncios. Essa associação baixa o preço dos periódicos (assistimos ao advento da *penny press*), mas promove a explosão de conteúdos mais suaves, que interessam a um conjunto mais abrangente de pessoas, mas que, necessariamente, são mais avessos à promoção da discussão e debate públicos (COELHO, 2015, p.28).

Diante do cenário, vale a perspicácia das instituições governamentais e não governamentais em manter um dialogismo com as redações dos jornais e tentar sempre mostrar a importância da temática do TEC em pautar os jornais não somente quando acontecem resgates de trabalhadores, ou em datas comemorativas, mas despertar a consciência dos editores para a importância do sujeito – o trabalhador que está sendo escravizado, e que vão além da notícia, pois, o trabalhador tem de ser visto como uma vida, e não apenas estatísticas ou um número entre tantos outros números.

A Chacina de Unaí (MG) ultrapassa os limites territoriais do país e mostra ao mundo um dos males que vinha acometendo vidas de trabalhadores escravizados, assim como a vulnerabilidade e o risco de morte que os agentes do trabalho enfrentam. Ao romper as barreiras do cotidiano, conseguiu escancarar o que havia sido escondido, ou, ignorado por aqueles que não estavam despertos para o problema. Com a visibilidade que o acontecimento passou a receber, e sendo um dos ganchos de referência sobre o trabalho escravo no Brasil, em um caso como da cidade Unaí (MG), a notícia cumpre com o seu papel social ao informar fatos que podem passar despercebido não somente entre as vozes representativas, mas também em outras instituições que não estejam envolvidas no vasto mosaico dos acontecimentos referente ao TEC. Conscientizando e provocando também a sociedade civil.

Hoje nota-se que a temática já consegue pautar os jornais durante a SNCTEC, ou o no DNCTEC, e, às vezes após a data especifica. Por mais que a cobertura apareça sem grande relevância, ou, que seja apenas uma nota release das assessorias dos órgãos do trabalho, isso acaba sendo importante pela visibilidade que recebe dos meios de comunicação de massa, e com a popularidade dos jornais impressos onde centenas de pessoas estão interessadas em saber o que é publicado nas editorias. Para Serra,

Se é verdade que autores como Habermas vêem no desenvolvimento da comunicação de massa e de meios como a *penny press*, o cinema, a rádio e a televisão a “re-feudalização da esfera pública” – de uma “esfera pública” que, de facto, nunca foi mais do que um ideal burguês e iluminista -, não é menos verdade que essa comunicação e esses meios permitem fazer chegar, potencialmente, a todos os homens de todos os lugares e condições, as informações, as notícias, mesmo as diversões que permitem a sua integração no todo social; nesse aspecto, os meios de comunicação de massa atingiram uma tal importância nas sociedades modernas que Luhmann pôde mesmo afirmar que “tudo o que sabemos sobre a sociedade e ainda o que sabemos sobre o mundo, sabemo-lo através dos meios de comunicação de massa”. (SERRA, 2007, p.144).

Os meios de comunicação favorecem o homem a compreender o espaço em que vive e está inserido como sujeito de ações. Já é de conhecimento dos pesquisadores e de pessoas comuns a importância que os impressos têm na cobertura dos fatos sociais, mas é fácil notar que temas que deveriam estar na mídia ainda continuam ficando de fora das pautas nas redações, um processo que não deve ser solucionado tão rápido. Com quase uma década que havia recebido o reconhecimento por parte do governo federal, pouco era divulgado nos jornais, as noticias e as informações apareciam mais em períodos das datas comemorativas, em forma de pequenas notas em algum espaço pouco visível. O leitor desatento, ou sem tempo de ler assunto que não é tão popular no seu dia a dia, em diversos momentos não dá a devida importância que o problema merece. Pois, muitas pessoas ainda têm referencias da escravidão do período escravocrata do Brasil, onde era apenas os negros as pessoas que eram escravizadas. Hoje a escravidão contemporânea difere do que havia sido no século XIX, para Silva,

Na escravidão contemporânea, não há distinção de cor ou raça. Não faz diferença se a pessoa é negra, amarela ou branca, basta estar em situação de vulnerabilidade e cair nas falsas promessas de trabalho oferecidas por fazendeiros, pecuaristas e, mais recentemente, empresários da construção civil, dentre outros. Vale ressaltar que as relações entre classe e raça no Brasil estão imbricadas e, dessa forma, mesmo não sendo pré-condição para ser escravo, a grande maioria dos trabalhadores é afrodescendente. (SILVA, 2014, p.12).

É fácil ver como a escravidão não tem preferencia por suas vítimas, basta está em uma situação de vulnerabilidade, além da falta de políticas públicas nos locais de origem dos trabalhadores, nota-se de acordos com as denuncias que os aliciadores conseguem com facilidade mão de obra barata, às vezes até mesmo de graça, em algumas situações conquistadas por ameaças psicológicas e físicas, e, isolamento geográfico, e o direito de ir e vir sendo cerceado.

**4 Tratamento do TEC pela imprensa maranhense**

A temática sobre trabalho escravo contemporâneo (TEC), passar a receber um tratamento melhor nas páginas dos jornais, a partir do dia 29 de janeiro de 2004. Isto é, no dia anterior, na manhã do dia 28, aconteceu o assassinato de três auditores fiscais do trabalho e do motorista, como já explanado anteriormente. Com a repercussão do caso nos jornais de circulação nacional e também na imprensa internacional, o fato passou a ser tratado como a Chacina de Unaí (MG). E, a partir de ser instituído o Dia e a SNCTEC (28 de janeiro), nota-se que o tema do TEC tem conseguido pautar não apenas a agenda do governo, mas também outras vozes não governamentais que vem demonstrado interesse em saber o que é o trabalho escravo atual. E tem servido também para desmistificar conceitos arcaicos e enraizados na memória coletiva dos sujeitos.

De acordo com o *corpus* documental coletado da pesquisa, em andamento, chegamos ao total de mais 350 edições de jornais impressos pesquisadas. Deste total, selecionamos cinco matérias para análise no que se refere ao tratamento recebido. E, mais cinco matérias para a análise das vozes governamentais e não governamentais que se fazem presentes na construção do discurso narrativo dos fatos, e são fontes referências para validar ainda mais a informação.

**Quadro 1 – Tratamento do TEC durante a SNCTEC pelos impressos maranhenses (2004 a 2016)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Data** | **Jornal** | **Matéria** | **Assunto** | **Editoria/**  **Página** | **SNCTEC** | **DNCTEC** | **Chacina Unaí** |
| 29/01/2004 | Jornal  Pequeno | Auditores são assassinados em Minas | Mortes | Últimas Notícias; p.10 | - | - | 1 |
| 29/01/2004 | O Imparcial | Fiscais do trabalho são mortos em emboscada | Mortes | Polícia; p.09 | - | - | 1 |
| 29/01/2010 | Jornal Pequeno | Auditores fiscais fazem ato e pede punição aos acusados por Chacina em Unaí | Protesto | Nacional; p.8 | 1 | - | 1 |
| 27/01/2012 | O Estado do MA | TRT-MA e demais órgãos do trabalho firmam parceria contra o trabalho escravo no Maranhão | Ações de combate | Geral; p.5 | 1 | - | - |
| 29/01/2016 | O Estado do MA | Maranhenses são resgatados da escravidão | Resgate | Cidades; p.4 | - | 1 | - |

Fonte: Pesquisa Documental

É visível que a temática, por mais que já vinha sendo abordada pela mídia, o fator primordial que acaba sendo o motor para uma visibilidade é a Chacina de Unaí (MG). O fato acontecido dia 28 de janeiro, ganha repercussão na mídia nacional a partir do dia 29. Antes das datas mencionadas, os jornais haviam publicado algumas informações sobre o governo federal tratando da criação de um grupo para trabalhar a questão de assentamento rural e conflitos de rurais. Com a morte dos três dos auditores-fiscais do Trabalho e do motorista, e com a repercussão do caso na imprensa brasileira e estrangeira, a temática do TEC é tratada com mais cuidado e atenção. A edição de número 21.067 do Jornal Pequeno abordou o assunto na sua seção: Últimas Notícias, um espaço reservado na parte inferior do jornal com fundo amarelo e letras em negrito. Uma estratégia que acaba atraindo a atenção do leitor pela cor forte, título em vermelho e texto em negrito. A edição de número 30.587 de 29/01/2004 de O Imparcial aborda também o assunto, as informações foram colhidas de sites de notícias pelo que se observa nas informações publicadas. O jornal o Estado do MA não publica nada em suas páginas sobre a chacina.

Em 2010, na matéria de o Jornal Pequeno, os auditores fazem protestos em frente ao Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, e, cobram das autoridades punições aos culpados. A matéria fala sobre o SNCTEC; outro jornal que também menciona sobre a semana é O Estado do MA, em matéria publicada no dia 27/01/2012.

De acordo com a seleção, observa-se que em duas matérias do Jornal Pequeno fazem referencias sobre Chacina de Unaí; o jornal O Imparcial também menciona em uma de suas matérias sobre a Chacina. Já com relação à menção sobre o DNCTEC em apenas uma matéria das selecionadas, o jornal O Estado do MA, edição de número 19.526, fala sobre o dia, a matéria foi publicadas a partir de dados publicados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência Social (MTPS), traz também referências sobre as atuações de regastes e lista dos estados exportadores de mão de mão de obra escrava, referente ao ano de 2015.

Com esse levantamento se observa que os jornais começaram a se interessar um pouco mais pelo tema do trabalho escravo e a fazer as datas mencionadas.

**Quadro 2 – Vozes governamentais e não governamentais que integram a rede de combate ao TEC no Brasil, e encontradas no discurso midiático dos impressos.**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Data** | **Jornal/** | **Edição** | **Matéria** | **Assunto** | **V. governamentais** | **V. não governamentais** |
| 29/01/2004 | Jornal  Pequeno | 21.067 | Auditores são assassinados em Minas | Mortes | MT e DRTMG | - |
| 29/01/2004 | O Imparcial | 30.587 | Fiscais do trabalho são mortos em emboscada | Mortes | DRTMG; MT; Sec.DH | - |
| 29/10/2010 | O Estado do MA | 17.335 | Missa em alusão ao combate escravo | Memória | Setres; | Igreja; CDVDH. |
| 28/01/2014 | O Imparcial | 33.792 | Comemoração: Hoje é dia de combater o trabalho escravo | Celebração | Coetrae-MA; MPT-MA; Sedihc; | OIT |
| 29/01/2016 | O Estado | 19.526 | Maranhenses foram resgatados da escravidão | Resgate | MTPS | - |
| 28/01/2016 | Jornal Pequeno | 25.363 | Trabalho escravo no Maranhão | Regaste | MPT-MA | - |

Fonte: Pesquisa Documental

A partir do quadro acima, buscamos analisar o papel das vozes governamentais e não governamentais. Percebe-se que apesar de as instituições não governamentais serem pioneiras na atuação das denuncias e nas estratégias de combate, as vozes que mais aparecem nos materiais jornalísticos são de instituições vinculadas ao governo e chamadas “fontes oficiais”.

Por mais que mais que as referências sejam maiores com relação às vozes governamentais, é importante observar o processo de comunicação com as vozes não governamentais. Em alguns projetos, chegam a montar ação conjunta para alcançar um maior número de pessoas no contexto geral da sociedade, mas principalmente os trabalhadores que estão sendo escravizados, ou que ainda podem cair na rede de aliciamento para o trabalho escravo.

Observa-se a cada dia que essa articulação conjunta tem favorecido para uma visibilidade maior sobre a SNCTEC. Os jornais impressos, ao publicar as notícias apontam sempre uma fala de algum representante da instituição para fortalecer o discurso que está sendo apresentado e será lido e interpretado por outras vozes. Nota-se a presença dos órgãos que fazem deste trabalho conjunto como o Ministério Público do Trabalho (MPT), com ressalva à Procuradoria Regional do Trabalho no Maranhão (PRT-MA); o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Coordenadoria Nacional de Erradicação e Combate ao Trabalho Escravo (CONAETE); Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE); Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH); Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), e a então Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), e, por mais que não tenha aparecido em nenhuma das matérias selecionadas, não se pode deixar de fora a pioneira nas denúncias, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Todas essas vozes na maioria das vezes atuam em parceria para garantir que os direitos dos cidadãos sejam respeitados, assim como, dados sobre o TEC cheguem ao conhecimento de um número maior de pessoas.

**5 Considerações Finais**

A pesquisa, em andamento, busca mostrar que o tema do trabalho escravo por mais que esteja na mídia, é importante que seja cada vez desmitificado, através de um processo contínuo e, em ação conjunta, pois, só assim uma chaga aberta há centenas de anos pode amenizar os males que causam dores, mortes e dilaceram vidas de seres humanos.

Até o ano de 2003, a temática da escravidão aparecia nos jornais sem tanta relevância, vinha para cena mais nos períodos em alusão as datas comemorativas, ou, quando o governo federal criava algum plano em parceria com os governos estaduais, e as instituições não governamentais. Com o acontecimento da Chacina de Unaí, houve um crescimento nos números de matérias publicadas pelos três jornais maranhenses. Outro fator que vem somar para a visibilidade midiática é a criação do DNCTEC e da SNCTEC. As atividades desenvolvidas durante a semana conseguem trazer para a esfera social cenas e fatos que passavam despercebidos aos olhares de muita gente, até mesmo no que se refere à questão de visibilidade por parte do setor governamental, que passou a ter destaque. No entanto, o setor não governamental continua sendo o pilar de onde mais partem denúncias, e com a maioria das ideias que vão fomentar a criação de políticas por parte do governo.

No decorrer da análise do *corpus* documental nota-se que cobertura dada pelos impressos maranhenses sobre o tema do TEC ainda é pouca.

Mesmo com esse problema ainda existente, o papel social da mídia faz com que a temática do trabalho escravo seja visto não apenas como um fato do passado, mas um ato presente na vida de milhares de trabalhadores que tem seus sonhos roubados. Não podemos nos esquecer das centenas de vidas maranhenses que continuam sendo exploradas.

A escravidão contemporânea não é um simples tema na sociedade contemporânea, é uma realidade viva e latente que continua a dilacerar com vidas de homens, mulheres e crianças em todas as partes do Brasil e do mundo. Por mais que tenha ficado por muitos anos às margens da sociedade e à espera de tratamento, a temática continua a exigir das instituições que lidam o problema da escravidão compromisso assíduo e eficiente, e estratégias de combate para que os direitos de todos os cidadãos sejam respeitados, e estejam sempre garantidos de acordo como determina a lei.

**Referências Bibliográficas**

COELHO, Pedro. Jornalismo e mercado: os novos desafios colocados à formação. Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom, 2015.

CORREIA, João Carlos. O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos. Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom 2011.

MOURA, Flávia de Almeida. Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses. 2015. 246f. Tese de Doutorado; - Porto Alegre, 2015.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. 2ª ed.; 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SERRA, J. Serra. Manual de Teoria da Comunicação. Universidade da Beira Interior - Covilhã, 2007.

SILVA, Antonio Paiva. Análise das Estratégias de Comunicação da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 2014. 73f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. Estudos em Jornalismo e Mídia Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Vol I – Por que as notícias são como são. 2 ed.

Florianópolis: Insular, 2005.

Links consultados:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12064.htm>

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26913721/chacina-de-unai-mg>

<http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/origem-da-palavra-tratamento/>

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/\_ed796\_jornalismo\_de\_ centavos\_sensacionalismo\_e\_cidadania/

1. Estudante de graduação em Comunicação Social / Jornalismo – Universidade Federal do Maranhão – UFMA. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, doutora em Comunicação pela PUCRS e coautora do trabalho. [↑](#footnote-ref-2)
3. O *gatekeeper* é o processo de controle de informação à medida que esta flui através de um “*gate*” (portão) ou filtro. Este processo é associado com o exercício de diferentes tipos de poder como sejam seleccionar notícias, tomar decisões relativas ao consumo, filtragem de temas em instituições políticas, mediação de informação especializada, etc. [↑](#footnote-ref-3)
4. Ver Silva, 2005. [↑](#footnote-ref-4)
5. Segundo o Dicionário Etimológico, a palavra tratamento vem do Latim Tratare, “lidar, manejar, administrar”, relacionado ao verbo Trahere, “puxar, arrastar, trazer”. Ao redor do século XIV, o sentido de “lidar com algo através da fala ou escrita” se aplicou em Medicina a “processo de obter a cura de uma doença”. Disponível em: < http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/origem-da-palavra-tratamento/>. Acesso em: 14 mar. 2016. [↑](#footnote-ref-5)
6. O crime ficou conhecido internacionalmente como Chacina de Unaí ocorreu em 28 de janeiro de 2004. Foram vítimas de emboscada na região rural de Unaí (MG) os Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira. < www.jusbrasil.com.br/topicos/26913721/chacina-de-unai-mg>. Acesso em: 29 mai. 2016. [↑](#footnote-ref-6)
7. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Ligada à Igreja Católica, tem vínculo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2016. [↑](#footnote-ref-7)
8. Designado de “jornalismo de centavos” corresponde a uma tradução livre, para os dias de hoje, do que um dia foi *a penny press*, ou seja, uma modalidade de jornalismo que surgiu nos Estados Unidos na década de 1830 para atender a demanda, o gosto e o poder aquisitivo da classe trabalhadora (*working class*) e imigrantes, por iniciativa de empresários que viam nessa prática um achado mercadológico e auto-sustentável, isto é, de forma a não depender, financeira e editorialmente – como o fazia a “grande imprensa” da época –, de partidos políticos (*party press*). Jornalismo de centavos, sensacionalismo e cidadania. Disponível em: < http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/\_ed796\_jornalismo\_de\_centavos\_ sensacio

   nalismo\_e\_cidadania/>. Acesso em: 26 mai. 2016. [↑](#footnote-ref-8)